

OS GRANDES DESAFIOS DAS PEQUENAS LOCALIDADES NA SUA RELAÇÃO COM O TURISMO¹

THE GREAT CHALLENGES OF SMALL LOCALITIES IN THEIR RELATIONSHIP
WITH TOURISM

LOS PRINCIPALES RETOS A LOS QUE SE ENFRENTAN LAS PEQUEÑAS
LOCALIDADES EN SU RELACIÓN CON EL TURISMO

Juliana Carolina Teixeira²

Ângela Maria Endlich³

Resumo: O objetivo deste trabalho foi identificar os desafios existentes na relação entre o turismo e os pequenos municípios/localidades no Estado do Paraná. Este trabalho surge da necessidade em compreender os desafios vividos pelos pequenos municípios/localidades ao buscarem o turismo como forma de reinserção econômica. Como procedimentos metodológicos levantamos artigos científicos que abordassem o turismo em pequenos municípios/localidades no Estado. Foram extraídos desses materiais debates que evidenciassem os desafios vividos por esses pequenos municípios/localidades com relação ao turismo. Como resultado, observamos que os desafios mais abordados foram sobre recursos escassos; ausência do Estado; demanda em efetuar e ampliar parcerias; poucos resultados econômicos; entre outros. Consideramos que para os pequenos municípios/localidades existe uma demanda latente em buscar modelos de turismo que sirvam como ferramentas no combate a concentração e especialização do setor, auxiliando em processos mais participativos da comunidade local como forma de gerir e amenizar os desafios por elas enfrentados.

Palavras chave: Pequenas localidades; Desafios; Turismo.

Abstract: The aim of this work was to identify the existing challenges in the relationship between tourism and small municipalities/localities in the State of Paraná. This work arises from the need to understand the challenges experienced by small counties/localities when seeking tourism as a form of economic reinsertion. As methodological procedures we surveyed scientific articles that addressed tourism in small municipalities/localities in the State. We

¹ Este artigo se constitui a partir da parceria entre a Revista Geofronter e Sinapeq (Simpósio Nacional sobre Pequenas Cidades), edição 2022, que ocorreu em Campo Grande-MS, na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

² Mestre em Geografia (UEM/PGE). Docente do curso de Turismo (Unespar). Campo Mourão. E-mail: julianatma@gmail.com. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/2085388739881363>. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-9886-4920>.

³ Pós-Doutorado pela Universidade de Barcelona. Doutorado e Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Docente adjunta do PGE/DGE (UEM). Maringá. E-mail: amendlich@hotmail.com. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/5242658539732498>. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-5203-5828>.

extracted from these materials debates that highlighted the challenges experienced by these small counties/localities with regard to tourism. As a result, we observed that the most addressed challenges were about scarce resources; State absence; demand to make and expand partnerships; few economic results; among others. We consider that for small counties/localities there is a latent demand in seeking tourism models that serve as tools to combat the concentration and specialization of the sector, assisting in more participatory processes of the local community as a way to manage and mitigate the challenges they face.

Key words: Small localities; Challenges; Tourism.

Resumen: El objetivo de este trabajo fue identificar los desafíos existentes en la relación entre el turismo y los pequeños municipios/localidades del Estado de Paraná. Este trabajo surge de la necesidad de comprender los retos que experimentan los pequeños municipios/localidades cuando buscan el turismo como forma de reinserción económica. Como procedimientos metodológicos se realizó una encuesta de artículos científicos que abordaban el turismo en pequeños municipios/localidades del Estado. De estos materiales extrajimos debates que ponían de manifiesto los retos que experimentan estos pequeños municipios/localidades en materia de turismo. Como resultado, observamos que los desafíos más abordados fueron sobre la escasez de recursos; la ausencia del Estado; la demanda de hacer y ampliar las asociaciones; los pocos resultados económicos; entre otros. Consideramos que para los pequeños municipios/localidades existe una demanda latente en la búsqueda de modelos turísticos que sirvan como herramientas para combatir la concentración y especialización del sector, ayudando en procesos más participativos de la comunidad local como forma de gestionar y mitigar los retos a los que se enfrentan.

Palabras clave: Pequeñas localidades; Desafíos; Turismo.

Introdução

A própria existência e resiliência dos pequenos municípios/localidades é em si um desafio. Carvalhal (2009) nos alerta que muitas comunidades locais estão numa encruzilhada tendo seus territórios como alvo necessário para a acumulação capitalista em que “[...] a ‘exclusão’ que viviam não pode se manter e a ‘inclusão’ do território pode significar o fim dessas comunidades” (CARVALHAL, 2009, p. 106). Nesse sentido, no modelo de desenvolvimento, que coloca a economia como uma prioridade e um objetivo final, ou as comunidades locais se integram a esse modelo ou sua produção e reprodução se tornam praticamente inviáveis. Porém, sua inclusão não significa seu pleno desenvolvimento melhorando a qualidade de vida local pois “Os grandes desafios socioespaciais no âmbito de uma região muitas vezes não decorrem de falta de investimentos ou ausência de capital. Pode ser, inclusive, o contrário, com uma economia intensiva em capital e pouco inclusiva como geradora de renda e trabalho.” (EN-DLICH, 2021, 101).

Nesse sentido, a existência das pequenas localidades e suas comunidades acaba sendo em si resistência a lógica do capital. Nessa lógica, ou apresentam viabilidade, ou estão fadadas

ao desaparecimento. A vida que nessas localidades ocorre, dentro dessa perspectiva, não é suficiente para sua manutenção se não forem incorporadas a ela. As ações exercidas pelo capital adaptam os sujeitos e lugares à exploração tendo como algumas medidas a desregulamentação do mercado de trabalho, benfeitorias estatais para facilitar a instalação de empresas e a preparação da mão-de-obra para essa exploração (CARVALHAL, 2009). Portanto, é necessário refletir sobre alternativas que não sejam apenas as de ser excluído do processo de acumulação do capital ou ser incluído e ser subordinado a essa lógica.

Com as dificuldades enfrentadas pelas pequenas localidades não se honra, como vimos em Tetamanti (2009), o direito a não migrar. As respostas para a resistência dessas localidades, principalmente vindas do Estado, são desordenadas e fragmentadas em ações que quando não pensadas em conjunto dificilmente respondem aos problemas vividos localmente. Para Tetamanti (2009) as pequenas localidades devem ser compreendidas como parte de um sistema e, com o objetivo de conter a sua entropia algumas comunidades locais exercem resistência redinamizando os fluxos de energia que entram e saem. É por esse motivo que sustentam os movimentos culturais, as ações coletivas, dentre outras ações, para resistir. É necessário integrar as pequenas localidades aos benefícios que possuem as cidades maiores. Integrar significa fortalecer o território com critério de sistema e, pra isso o Estado tem um objetivo de refazer o sistema e aproximar benefícios e serviços consolidando a soberania (TETAMANTI, 2009).

Entendemos, portanto, que o próprio desafio de existir dentro da lógica econômica vigente se desdobra em desafios que vão acelerando o processo de inviabilização da vida nas pequenas localidades. Ao desenvolver pesquisas sobre a região intermediária de Maringá no Paraná, Ângela Maria Endlich levantou três grandes desafios emergentes para as pequenas localidades. O primeiro deles é a reinserção econômica baseada em uma economia mais justa que possibilite a permanência dos indivíduos em suas localidades. O segundo desafio se trata do acesso a serviços e equipamentos básicos e fundamentais para a reprodução da vida. O terceiro e, último, está relacionado a conectividade e mobilidade tanto das redes de transporte e comunicação tradicionais como das virtuais, afim de aproximá-las da economia, política e cultura de outras localidades (ENDLICH, 2021).

Reafirmamos, também, as palavras de Endlich (2021, p. 108) quando trata sobre as pequenas cidades/localidades e o desenvolvimento regional reiterando que “[...] pensar os papéis, desenvolvimento e desafios depende de quais localidades enfocamos”. Isso porque, a pesquisadora esclarece que a diversidade de pequenas cidades/localidades, (até mesmo aquelas com mesmo porte demográfico) não nos permite observá-las como um conjunto único a ser

analisado e, que pode ser replicado para outras realidades. É preciso, portanto, olhar para a realidade de cada região, de cada pequena cidade, de cada contexto, para se ter uma aproximação maior sobre os desafios a serem enfrentados.

Nesse sentido, buscamos identificar os desafios existentes na relação entre o turismo e os pequenos municípios/localidades no Estado do Paraná. Mesmo dentro do Estado, existe uma grande diversidade de contextos entre os pequenos municípios, mas, buscamos empreender esta tarefa no âmbito do recorte Estadual por se tratar de levantamento da literatura que atenderia de maneira mais satisfatória o tema abordado. Como objetivos específicos definimos: a) Levantamento de artigos científicos completos, em português, nas bases de dados indexadas sobre turismo e pequenos municípios/localidades; b) Organização e ranqueamento dos temas mais debatidos; c) Extração dos desafios mais citados nos trabalhos e d) Reflexão sobre os desafios vividos pelos pequenos municípios/localidades na sua relação com o turismo.

Justificamos a realização deste estudo pois, em primeiro lugar se faz pertinente e urgente os debates sobre os pequenos municípios de modo geral; sobre a relação do turismo com esses municípios e, a construção de debates geradores de reflexões que estimulem e resultem em análises mais aprofundadas a respeito do turismo não só em grandes e médios centros, mas também que abordem seus efeitos nos pequenos.

Como procedimentos metodológicos levantamos artigos completos em língua portuguesa, nas bases de dados indexadas como o portal de periódicos da Capes; Scielo; Publicações de Turismo e Google Acadêmico. Os artigos selecionados foram aqueles que surgiram como resultado da busca pelas palavras-chave *turismo* e *Paraná*. Selecionamos os artigos que abordassem iniciativas de turismo em pequenos municípios/localidades aqui entendidos como municípios de porte demográfico de até 50 mil habitantes (ENDLICH, 2021) e, localidades como distritos, áreas rurais, bairros, áreas de povos tradicionais, entre outras, pensando do ponto de vista funcional e interacional (TETAMANTI, 2009).

Organizamos o total dos 132 artigos levantados em grandes temas e selecionamos os aqueles mais debatidos para extrair deles os desafios abordados nas pesquisas. Os temas mais citados foram: Patrimônio cultural (especialmente, a gastronomia local ou, cultura alimentar); turismo rural; turismo de base comunitária; potencial turístico das localidades e seu desenvolvimento local; o planejamento e, por fim, sobre o cooperativismo/ autogovernança. Aprofundamos nossa leitura e análise nos trabalhos dos últimos cinco anos e selecionamos alguns dos trabalhos para incorporar a nossa fundamentação teórica nos resultados e discussões, dando corpo as reflexões sobre os desafios identificados. Como resultado organizamos este

trabalho que se divide em três partes. A primeira delas se trata desta introdução, a segunda parte apresenta e debate os desafios sobre a relação do turismo e os pequenos municípios/localidades e a última parte se trata das considerações finais.

O turismo como ferramenta para vencer os desafios locais e os novos desafios resultantes dessa ferramenta

Nos resultados e discussões das pesquisas levantadas foi possível identificar que um volume significativo de trabalhos abordou desde saneamento básico precário até efeitos negativos carregados pela atividade realizada de forma desordenada. Para atender esses e outros resultados expostos nos trabalhos, que evidenciaram os desafios vividos pelos municípios que se relacionam com o turismo, debateremos agora os trabalhos levantados por temas.

Nos estudos que abordaram o tema da gastronomia local e/ou a cultura alimentar observamos que mesmo a gastronomia sendo ferramenta de reforço das tradições locais quando atrelada ao turismo, ainda existem alguns obstáculos a serem vencidos. Goes, Mascarenhas e Medeiros (2019) ao verificarem se a gastronomia faz parte da promoção turística do Paraná identificaram que ela é feita de forma superficial. Os autores observaram que há um desalinhamento entre as informações apresentadas em âmbito estadual (nos *sites* da então Secretaria Estadual do Esporte e Turismo⁴) e nos *sites* das prefeituras. Ainda com relação aos *sites* das prefeituras os pesquisadores observaram que alguns deles possuíam informações desatualizadas, escassas e/ou estavam fora do ar. A Secretaria de Estado, como verificado, aborda a gastronomia como atrativo turístico principal ou complementar enquanto a maior parte dos municípios aborda os elementos gastronômicos enquanto equipamento de apoio.

Como a maior parte dos municípios abordados nesse trabalho eram pequenos, não nos surpreende as dificuldades encontradas pelos pesquisadores com relação aos *sites* estarem fora do ar, desatualizados ou com informações escassas. Também não nos surpreende o fato de que os municípios tenham os elementos gastronômicos apenas como equipamento de apoio, isso porque, os municípios e seus órgãos públicos não possuem recursos, desde humanos a financeiros, para implementar e gerir a atividade turística (MAGALHÃES, 2002). Não se trata apenas de problemas ligados ao setor do turismo, mas os pequenos municípios possuem dificuldades também relacionados com a escassez de recursos para gerir outras áreas que são

⁴ Atualmente a pasta do turismo se encontra na Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (Sedest).

prioritárias como os serviços básicos de saúde, educação e segurança, deixando o turismo em um segundo plano de ação, ou nas mãos da iniciativa privada.

Outro fator que nos chamou a atenção nos trabalhos foram as discussões que abordaram a demanda em diversificar a oferta turística com os elementos gastronômicos locais. Essa diversificação se coloca como forma de ampliar os efeitos positivos da atividade nas localidades, como exemplo, ampliar a permanência dos turistas e conseqüentemente os benefícios econômicos locais. Quando Varenhold, Goes e Medeiros (2019) analisaram o consumo e atitudes dos turistas com relação aos produtos gastronômicos do litoral paranaense, esse ponto fica evidente ao demonstrarem o interesse dos turistas em novas atividades relacionadas a gastronomia dos municípios locais, especialmente quando argumentam sobre a indicação geográfica⁵ de alguns dos produtos e serviços turísticos⁶.

Os autores que olharam para o tema das comunidades tradicionais do litoral paranaense também refletiram sobre a relevância do turismo como ferramenta de auxílio na resistência de suas tradições, bem como apontaram desafios a serem vencidos. Nas comunidades da Rede Anfitriões de turismo do Paraná a culinária tradicional e o TBC demonstraram, durante as pesquisas, possuir uma relação de interdependência. Cabral e Teixeira Junior (2020) ao analisar a relação da culinária tradicional da Rede Anfitriões com o TBC identificaram que para que essa relação traga os resultados esperados pelas comunidades é preciso vencer alguns desafios. Nesse sentido, os pesquisadores refletem sobre a necessidade em ampliar as parcerias governamentais ou não governamentais e comerciais, que direcionem o *marketing* para pessoas que tenham interesse em produtos de qualidade, em menor escala relacionadas a cultura alimentar das comunidades locais. Ainda sobre os desafios, os autores observam a necessidade de fortalecimento institucional e, estabelecimento de processos de reconhecimento da qualidade de produtos ligados a culinária tradicional.

A formulação de políticas públicas para a salvaguarda desse patrimônio imaterial e a ampliação de formas trabalho coletivas que integrem consumidores e produtores também foram vistos pelos autores como demandas atuais. Mesmo levantando os desafios anteriormente citados os pesquisadores deixam claro que não há receita pronta para que haja resultados

⁵ As indicações geográficas indicam a origem de produtos e serviços que se tornaram conhecidos pela sua origem. As indicações geográficas são signos distintivos particularmente interessantes ao turismo, especificamente no segmento gastronômico. O nome geográfico reconhecido ao mesmo tempo que passa a identificar o produto, também termina por promover o local que possui esse nome (VARENHOLD; GOES; MEDEIROS, 2019, p. 43).

⁶ Os autores indicam que três produtos (cachaça, farinha de mandioca e bala de banana) e um serviço (a oferta do Barreado) são pleiteantes de indicação geográfica.

positivos, mas o que se espera é que “[...] assim como os caiçaras preparam suas refeições com os insumos da ‘safra’, que tenhamos um olhar atento e respeitoso às condições do território, às decisões familiares e comunitárias e aos interesses dos visitantes” (CABRAL; TEIXEIRA JUNIOR, 2020, p. 16).

Observamos que a maioria dos trabalhos que abordaram a gastronomia local foram trabalhos que tiveram os municípios do litoral paranaense como local de estudo. Essa informação nos chama a atenção, pois mesmo sendo um local que induz uma demanda significativa de turistas para a região e, próximo a um grande centro como a Região Metropolitana de Curitiba, ainda assim, seus municípios sofrem com a desigualdade socioeconômica. O litoral paranaense possui fortes paradoxos em que a grande variedade de ecossistemas, de atividades econômicas, cultural e as desigualdades sociais torna a região heterogênea (ESTADES, 2003). Para a autora “As atividades econômicas com dinâmicas mais pujantes, fundamentalmente as ligadas ao porto de Paranaguá e ao turismo praiano, não reverterem proporcionalmente em benefícios para a população permanente.” (ESTADES, 2003, p. 39-40).

De fato, as populações de muitas formas se tornam impotentes sobre as ações do capital e, existe um papel de resistência a ser desempenhado pelas camadas mais pobres. De acordo com Santos (2001), esse papel acontece:

[...] na convivência com a necessidade e com o outro, se elabora uma política, a política dos *de baixo*, constituída a partir das suas visões do mundo e dos lugares. Trata-se de uma política de novo tipo, que nada tem a ver com a política institucional. Esta última se funda na ideologia do crescimento, da globalização etc. e é conduzida pelo cálculo dos partidos e das empresas. A política dos pobres é baseada no cotidiano vivido por todos, pobres e não pobres, e é alimentada pela simples necessidade de continuar existindo. Nos lugares, uma e outra se encontram e confundem, daí a presença simultânea de comportamentos contraditórios, alimentados pela ideologia do consumo (SANTOS, 2001, p. 132-133, grifo do autor).

As manifestações de inconformidade para Santos (2001) que se colocam de maneira sistemática na vida das populações mais pobres se caracterizam por um processo lento, porém, isso não significa que essa inconformidade não esteja “[...] aqui e ali, levantando vulcões, mesmo que ainda pareçam silenciosos e dormentes.” (SANTOS, 2001, p. 134). Nesse sentido, grupos sociais em escala local, nos pequenos municípios, buscam reverter a sensação de impotência e, realizar por eles mesmos, como nos disse Lefebvre (2016), ações revolucionárias.

O tema da gastronomia foi seguido pelo de turismo rural como os mais debatidos. Um dos trabalhos que abordou o turismo rural foi o de Oliveira *et. al.* (2020). Para abordar esse tema no Norte paranaense o grupo de pesquisas Ternopar da Universidade Estadual de Londrina (UEL) publicou artigo tratando sobre seus vinte anos de trabalho. Para isso Oliveira *et al.* (2020) apresentaram os estudos realizados especialmente nos pequenos municípios de Jataizinho, Tamarana e Ortigueira. Após os anos de estudo na região, os pesquisadores apontam que com o turismo se observa a permanência dos indivíduos no campo; o aumento na renda das famílias; a valorização da cultura local. Porém, se a atividade não for planejada com o envolvimento da população local pode ocorrer a degradação do ambiente e descaracterização cultural.

Na Microbacia do Rio Sagrado em Morretes, Alcantara e Sampaio (2017) ao estudarem o turismo rural baseado no modelo de gestão do TBC o relacionam como estratégia de desenvolvimento territorial. Se observa durante as discussões promovidas, que é necessário que as políticas públicas de turismo rural surjam das demandas das populações locais. Outras dificuldades estão relacionadas não somente com as indefinições legais ou atribuições que não são transparentes das competências políticas, mas também, com a cultura política corrupta, conservadora e autoritária. Nesse sentido, para os autores o maior desafio está em pensar o desenvolvimento rural como forma de libertação social.

A geração de renda e trabalho é um dos desafios urgentes das pequenas localidades. Porém, quando Bastarz e Souza (2017) analisaram a repercussão do projeto das “Caminhadas na Natureza” em municípios do Vale do Ivaí, encontraram resultados que foram para além desse desafio. Eles levantaram que para as comunidades que participaram da pesquisa, o fator econômico não foi o objetivo primeiro desses grupos sociais. Os recursos financeiros provenientes do evento foram destinados a realização de melhorias como na estrutura da cozinha comunitária e a cobertura da quadra de esportes da comunidade, que segundo os pesquisadores era um desejo dos moradores. E, ainda, os benefícios desse retorno financeiro com a reforma da quadra de esportes, a exemplo, refletiu no que para a comunidade é o objetivo maior em que “[...] o lazer é algo valorizado pelos moradores do bairro, pois, é nos momentos de lazer que os membros das comunidades se encontram, estreitam e reforçam seus laços sociais.” (BASTARZ; SOUZA, 2017, p. 1902). Além disso, investir no lazer, para os comunitários é uma forma de manter os jovens na localidade.

Portanto, quando questionados sobre qual o objetivo da comunidade na participação do projeto ficou claro que para a comunidade estreitar os laços sociais e criar vínculos era uma motivação significativa. Isso fica evidente, pois “[...] a visão do agricultor expressa um

contentamento com a união e cooperação entre os membros da comunidade para a realização da caminhada.” (BASTARZ; SOUZA, 2017, p. 1899).

Ainda que a lógica de determinados grupos sociais não seja a lógica da acumulação capitalista, isso não significa dizer que as demandas econômicas não sejam fundamentais para a reprodução dos seus modos de vida. Por esse motivo, é papel do Estado fomentar a atividade turística em pequena escala para gerar dinamismo em áreas mais pobres. Porém, como abordamos anteriormente, o Estado associado a iniciativa privada estimula o turismo em áreas concentradas em centros maiores.

Ao falarmos de coletivos sociais, abrimos aqui espaço para as reflexões dos resultados que envolvem o tema do turismo de base comunitária, abordado nos trabalhos que foram levantados. O turismo em sua forma convencional ao ser promovido na Ilha das Peças em Guaraqueçaba, para vencer desafios como a geração de renda e emprego, trouxe consigo novos desafios. Segundo Betti e Denardin (2019) os turistas de segunda residência, na fala dos locais, trazem até “palito de dente” de fora e deixam apenas efeitos negativos como a geração de lixo. Há ainda os turistas e vão para a ilha para passar o dia. Esses turistas não interagem com a comunidade local e deixam poucos benefícios. Outros turistas passam pela ilha com suas lanchas, praticando atividades de pesca e tornando a atividade dos pescadores locais mais difícil. E, mais um perfil de turista é identificado, aquele que vai para a ilha em dias de festa. Com 350 moradores nesses dias a ilha chega a receber mais de 3 mil turistas que deixam barulho e lixo para trás, além, dos poucos resultados econômicos (BETTI; DENARDIN, 2019).

Na Ilha existe o “Clube de Mães Amigas e Colaboradoras da Ilha das Peças, Restaurante e Panificadora Ilha das Peças”, popularmente conhecido como restaurante da Ilha das Peças que se constitui por uma associação de mulheres locais. Betti e Denardin (2019) estudaram a associação para investigar as formas de organização comunitária de TBC em Unidades de Conservação como ferramenta de desenvolvimento local. A iniciativa trouxe alguns benefícios como o fortalecimento do sentimento de pertencimento que a convivência em grupo permitiu construir entre as associadas; o empoderamento e independência feminina que a renda da atividade possibilitou surgir entre muitas das mulheres da iniciativa e os benefícios do turismo numa escala limitada que trouxe a visão crítica para as associadas sobre o turismo em grande escala. Sobre isso, as mulheres do restaurante alegam que muito precisa ser feito pelo turismo na localidade, mas ele deve ser realizado de maneira planejada (BETTI; DENARDIN, 2019). Apesar dos benefícios da organização coletiva, ainda existem desafios a serem superados segundo os autores. Um deles, é a promoção de um encontro mais estreito com os turistas que

promovam trocas significativas entre os locais e os turistas, pois, atualmente a relação é mais comercial.

Pensando nos papéis que os pequenos municípios/localidades têm desempenhado na atualidade Endlich (2021) aponta para os espaços turísticos na escala municipal. Como abordamos anteriormente, o turismo tem se proliferado como forma de vencer, principalmente, um dos desafios das pequenas localidades que é reinserção econômica (ENDLICH, 2021). Dessa forma, os trabalhos que refletem e analisam sobre o potencial turístico de municípios, possuem grande volume. Nos nossos levantamentos, portanto, identificamos pesquisas que se debruçaram na análise do potencial turístico de municípios e comunidades de pequenas localidades.

A pequena localidade conhecida como Pinho de Baixo em Irati, abriga uma comunidade que possui tradições ligadas a cultura italiana, pois se constitui de imigrantes dessa área. Ao observarem o potencial para o turismo na comunidade, Goveia, Guizi e Denkwicz (2021), buscam compreender se as vinícolas locais podem ser utilizadas para o turismo de experiências. Um dos problemas identificados pelos pesquisadores é a grande dificuldade que as famílias da comunidade possuem ao buscar atender as exigências técnicas de organismos externos. A exemplo, os autores apontam que as famílias tem grande dificuldade em alcançar ou manter os registros do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Outro desafio a ser superado é a capacidade econômica para melhorar as condições de atendimento adequado aos turistas como a infraestrutura local.

Ao estudar a Rota do Café em pequenos municípios do Norte paranaense com o objetivo de compreender as potencialidades para o turismo da cultura cafeeira no Estado, Oliveira (2020) considerou que existem elementos potenciais na rota para a atividade turística, que é uma ferramenta necessária para a ressignificação e registro das memórias ligadas a essa cultura. Contudo, a autora assevera que como desafio os gestores da rota precisam se ater ao planejamento da atividade, pois, se realizada de maneira desordenada pode “[...] acarretar em perda da identidade cultural da população local e depredação de bens patrimoniais naturais e culturais por meio da visitação sem controle, dentre outros.” (OLIVEIRA, 2020, p. 41). Sobre esse contexto, Magalhães (2002) questiona a apologia do turismo para os municípios brasileiros como forma de resolver os desafios das dificuldades econômicas.

O planejamento perpassa todas as escalas e segmentos do turismo. Por esse motivo, ele também esteve presente nas discussões que abordaram o turismo rural. Klein e Fontana (2021), quando identificaram a tipologia do agroturismo adotada pela comunidade do Circuito Sabiá

em Matelândia, observaram em seus resultados que o circuito demanda maior planejamento e organização. Esse fator é relevante para delimitar com clareza as funções do segmento de agroturismo trazendo resultados como a construção de uma identidade. As autoras, ainda, reforçam que a atividade do turismo demanda de trabalho técnico, que dentre outras ações, identifique potencialidades e fragilidades para minimizar implicações negativas.

No município de Lunardelli, Domingos; Oliveira e Colasante (2019) analisaram os desafios do planejamento do turismo religioso pensando na perspectiva do desenvolvimento local e regional. Identificando o alto fluxo de turistas religiosos que se deslocam para o município e, a infraestrutura ainda insuficiente para recebê-los, os pesquisadores afirmam que existe uma demanda urgente na participação da comunidade local no processo de planejar a atividade. Também identificam que a parceria com instituições envolvidas é indispensável para fortalecer esse processo. A demanda por pesquisas é outro ponto desafiador identificado. Os autores levantam que existem apenas registros informais no município. Estudos de demanda; dos efeitos da atividade na economia; da qualidade dos empreendimentos e dos atrativos e outros, são citados para auxiliar no processo de planejamento.

Um dos temas também muito debatido, o da autogovernança, trouxe discussões que levantaram desafios a serem geridos. Clotilde Zai e Cicilian Luiza Löwen Sahr avaliaram a construção de sistemas de autogovernança e sua articulação entre a roteirização turística e o desenvolvimento territorial no roteiro “Verde Que te Quero Verde” no município de Campo Magro (2019) e no “Caminho do Vinho” no município de São José dos Pinhais (2021). Em Campo Magro os estudos avaliaram o processo de gestão do roteiro, a relação com o aglomerado urbano de Curitiba e as implicações geradas pelo turismo. Apesar das autoras identificarem que o turismo do roteiro está baseado em um forte sistema de autogovernança e que existem muitos efeitos positivos em detrimento desse sistema, ainda existem efeitos negativos a serem geridos. A imagem da identidade local foi fortalecida; houve a manutenção de famílias na região em razão do turismo; as atividades e produtos do campo foram valorizados e também houve geração de emprego, renda e diversificação econômica. Porém, mesmo com os efeitos positivos gerados pela proximidade com a aglomeração urbana de Curitiba, que trouxe fluxo de turistas e visitantes para o roteiro, esse mesmo fluxo trouxe efeitos negativos como o aumento da produção de lixo; a degradação dos recursos naturais; a degradação das estradas rurais e a especulação imobiliária.

Na Colônia Mergulhão, onde se localiza o “Caminho do Vinho”, as autoras analisaram o potencial natural e cultural, as transformações ocorridas no sistema produtivo local e a gestão

do roteiro. As pesquisadoras coletaram informações nas entrevistas que evidenciaram os efeitos positivos da criação do roteiro como: a melhora na coleta de lixo; na iluminação pública; o calçamento do itinerário e a chegada do tratamento de esgoto. O ponto de fragilidade está exatamente na autogovernança. Para as autoras, apesar do “Caminho do Vinho” estar baseado em uma associação expressiva, ainda há uma grande dependência do poder público. A dependência de que as autoras se referem está na realização de eventos de maior porte. Em 2017 e 2018 a “Festa do Vinho” não ocorreu, pois, a parceria com a prefeitura não foi efetiva. Em substituição, a associação realizou a “Noite italiana” um jantar dançante de pequeno porte.

E é sobre essas demandas básicas que muitos pesquisadores versaram em seus estudos. Não foi tema incomum nos trabalhos o debate de ideias, que ocuparam mais ou menos espaço, sobre o cumprimento do papel fundamental do Estado. Muitos trabalhos, em algum momento, citaram a debilidade das ações do poder público em efetivar e/ou manter suas obrigações para a manutenção de necessidades básicas nos municípios estudados, estivessem eles próximos a aglomerações urbanas maiores como a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) ou no interior do Estado.

Também em termos temporais é possível identificar essa realidade. O primeiro artigo é do ano de 1999 e o último de 2021. Nesses últimos anos os pontos de argumentação sobre as ações, ou ausências do Estado, se não são os mesmos são muito similares. Amend *et al.* (2002) apontaram problemas com o saneamento básico na ilha de Superagui. Inevitável notar que saneamento básico é item indispensável a realização da vida em qualquer localidade que seja e, posteriormente, se há necessidade e/ou interesse em se trabalhar com o turismo é, também, fator fundamental. Quase 20 anos após, Neves e Phillipim (2020) ainda apontam debilidades como carência de infraestrutura básica e turística em Matinhos, por exemplo. Também é inevitável notar que se tratam de municípios no litoral do Estado, próximos de grandes aglomerações urbanas e receptoras de fluxos turísticos significativos. Nesse sentido, o que se pode esperar de municípios que ficam fora dessas áreas de aglomeração e especialização do turismo? A realidade desses municípios é igualmente e/ou ainda mais difícil, como apontaram os trabalhos que levantamos na pesquisa, a exemplo de Domingos; Oliveira e Colasante (2019) no município de Lunardelli.

Esses desafios e, conseqüentemente a questão das cooperações entre municípios que poderiam auxiliar em alguns sentidos as dificuldades vividas pelos municípios, foram os mais debatidos nos resultados dos artigos que versaram sobre as regiões (geográficas e turísticas) e as rotas e roteiros. Como exemplo, podemos citar as situações de crise geradas pela pandemia

de 2020. Os problemas acarretados pela pandemia evidenciaram problemas vivenciados anteriormente como a coesão insuficiente no segmento para elaborar e executar estratégias conjuntas (SCHEUER; ANACLETO; XAVIER, 2021). Durante a pandemia, na região do litoral muitos agentes do setor privado agiram de forma isolada e não tiveram apoio para vencer as urgências que surgiram. Essa realidade não foi observada apenas no setor do turismo, mas em todos os setores da economia brasileira em que o poder público não cumpriu seu papel. A integração coletiva e o trabalho em rede se configuraram como uma das saídas, pois o trabalho em rede cria vínculos que resultam em cooperação “[...] com potencial de gerar o incremento da capacidade inovativa endógena e promover pressão no sentido de se criarem políticas públicas estratégicas e relevantes para o desenvolvimento local” (SCHEUER; ANACLETO; XAVIER, 2021, p. 313).

Não só foi debatida a integração entre empreendedores do turismo em uma região, mas também entre os próprios municípios. A região turística Corredores das Águas no Noroeste paranaense, que se desenvolveu com o processo de implementação de políticas públicas de turismo no Paraná, demanda melhorar a integração entre municípios (FEGGER; VEIS, 2018). Além da integração entre municípios, é necessário construir uma integração entre municípios e Estado mais sólida, pois ainda existem dificuldades na implementação das ações necessárias como a desarticulação dos municípios para criarem produtos e serviços e a desmobilização na divulgação conjunta (FEGGER; VEIS, 2018).

Os achados coletados dos trabalhos acadêmicos sobre essa demanda em relação a cooperação entre municípios para o turismo no Paraná, expressa uma realidade maior. O tema das cooperações intermunicipais é abordado em manuscritos acadêmicos, porém, ainda demanda de maiores debates, especialmente no Brasil (ENDLICH, 2017). As cooperações (em todas as áreas, não apenas no turismo) são fundamentais no processo de repensar a gestão territorial em um cenário de esvaziamento das áreas não metropolitanas e insuficiência de equipamentos e serviços locais. Nessas áreas, essas cooperações são relevantes, pois, a demanda é cada vez menor por equipamentos e serviços, além de que são necessários recursos por parte dessas localidades para atender suas demandas e, cresce a responsabilidade atribuída aos municípios principalmente no Brasil (ENDLICH, 2017).

Endlich (2017) ao empreender estudos sobre as cooperações intermunicipais, observa que a cooperação é fundamental como habilidade e experiência em uma sociedade que o capitalismo traz o desequilíbrio entre competição e cooperação. A pesquisadora defende uma política territorial cooperativa que é capaz de unir esforços para resolver dificuldades existentes,

otimizar os recursos e estimular uma política de ação coletiva ao invés de uma individualista. Para ela, especialmente os municípios polarizados por pequenas cidades que possuem características comuns, precisam cooperar e não competir. A adoção de uma política territorial cooperativa pode viabilizar a vida e trazer qualidade a ela, especialmente, em localidades com queda demográfica.

Tanto no Brasil, quanto em outros países os municípios que estabelecem cooperações formais, as pautas são o enfrentamento de desafios ligados a serviços básicos de manutenção da vida local (ENDLICH, 2017). No Brasil, a grande maioria dos municípios pertence a consórcios de saúde. Das doze finalidades que aparecem na Pesquisa de Informações Básica Municipais (Munic) as mais expressivas são as da saúde, desenvolvimento urbano, manejo de resíduos sólidos e outras relacionadas ao meio ambiente (ENDLICH, 2017). O que chama a atenção nos achados de Endlich (2017) é que o turismo aparece como finalidade de estabelecimentos de cooperação. Isso ocorre, tanto em países do exterior quanto no Brasil, mas com um peso muito menor em relação aos serviços básicos como saúde, educação, saneamento básico, transportes, entre outros. Nesse sentido, observando a demanda relatada pelos trabalhos acadêmicos e pelos estudos promovidos sobre as cooperações intermunicipais, refletimos sobre a relevância de se debater esse tema com maior volume e profundidade nas mais diversas esferas, inclusive na acadêmica.

Levando essas reflexões em conta, evocamos aqui então, as discussões a respeito das pequenas localidades como um conjunto sistêmico. Quando as ações são desordenadas e fragmentadas acabam por infartar esses territórios (TETAMANTI, 2009). Dizemos isso porque, Silveira e Lacay (2013) identificaram que na região turística Rota do Pinhão não houve atendimento por parte do Estado das demandas locais. A cooperação entre agentes públicos, as famílias agricultoras e empreendedores da região não foi incentivada e efetivada por parte desses agentes. Os pesquisadores em seus resultados levantaram que a visão dos agentes limitou a integração regional. Esse fator compartimentou processos e dificultou uma visão sistêmica (SILVEIRA; LACAY, 2013).

As ações do Estado (e inclusive suas ausências) acabam por determinar a produção do espaço em um movimento, que muitas vezes, acentua as contradições existentes. Nesse sentido, a busca por soluções coletivas é uma das formas de vencer as debilidades do Estado e, inclusive cobrar sua atuação efetiva e cumprimento de suas obrigações, essencialmente, nas localidades que mais demandam de sua ação.

Considerações finais

Observando a demanda que pequenos municípios/localidades possuem com relação a sua reinserção econômica para o enfrentamento de desafios locais e, que em alguns isso se faz por meio do turismo, buscamos neste trabalho identificar os desafios existentes na relação entre o turismo e os pequenos municípios/localidades no Estado do Paraná. Durante as reflexões percebemos que há estreita relação entre os desafios existentes nos municípios anteriores ao turismo como serviço e infraestrutura básica e os novos desafios vividos com a adoção do setor como mais uma ferramenta de desenvolvimento.

Desafios maiores como a ausência ou ineficiência do Estado, dificuldades relacionadas às políticas públicas afetam não só o desenvolvimento das pequenas localidades em um contexto maior, como um todo, mas também são observadas como obstáculos no amadurecimento do turismo local e conseqüentemente seus efeitos positivos. Observamos neste trabalho que desafios como a escassez de recursos locais e a demanda em estabelecer e ampliar parcerias com instituições governamentais são necessárias.

Observamos também que o turismo em alguns casos traz poucos resultados econômicos o que dificulta vencer o desafio local de gerar emprego e renda por meio dessa ferramenta. Mas compreendemos, porém, que ao mesmo tempo, todo emprego que seja gerado é um efeito positivo. É uma família que passa a ter ou fortalece sua dignidade.

Há que se pensar também nas dificuldades que os grupos sociais dessas localidades possuem em tentar se integrar ao turismo quando existem dificuldades no âmbito econômico e de conhecimento para atender exigências técnicas de organismos externos e, para inclusive aumentar e diversificar a oferta turística sem apoio de instituições parceiras sejam elas do setor público ou privado ou até mesmo das ONG's. A autogovernança como apontado pelos trabalhos ainda é um dos grandes desafios vividos por essas comunidades que sozinhas pouco ou nada conseguem evoluir no desenvolvimento da atividade para dela extrair efeitos positivos.

Talvez a cooperação, como vimos nos debates, tanto entre municípios como entre comunidades locais possa ser uma saída. Com o planejamento participativo, buscando o protagonismo local, pode ser uma das possibilidades para amenizar os desafios que surgem na relação com o setor. Não se pode pensar em uma única solução efetiva e que resulte no vencimento de todos os desafios, mas pensar coletivamente e se organizar localmente pode ser uma das formas de vencer algumas das dificuldades.

Referências

ALCANTARA, L. C. S; SAMPAIO, C. A. C. Turismo rural na costa sul do Brasil: rumo ao desenvolvimento territorial. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 80-94, 2017.

AMEND, *et. al.* A utilização da análise fatorial para a determinação das características de mercado ecoturístico. **Turismo Visão e Ação**, ano 4, n. 10, p. 27-41, 2002.

BARSTARZ, C; SOUZA, M. Repercussões sociais e econômicas para os agricultores das caminhadas na natureza no território Vale do Ivaí, Paraná, Brasil. **Revista Turismo e Desenvolvimento**. N. 27/28, p. 1893-1903, 2017.

BETTI, P; DENARDIN, V. F. Turismo de base comunitária e desenvolvimento local em Unidades de Conservação: estudo de caso no Restaurante Ilha das Peças, Guaraqueçaba – PR. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2019.

CABRAL, B. L. F; TEIXEIRA JUNIOR, D. T. Turismo de base comunitária e cultura alimentar: Um estudo de caso no litoral do Paraná. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, 2020.

CARVALHAL, M. D. Desenvolvimento auto-gerido e trabalho. In: ENDLICH, A. M; ROCHA, M. M. (Orgs.). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009.

DOMINGOS, F. O; OLIVEIRA, A. N; COLASANTE, T. Planejamento do turismo religioso e seus desafios em Lunardelli, vale do Ivaí, Paraná. **Turismo e Sociedade**. Curitiba, v. 12, n. 3, p. 57-76, 2019.

ENDLICH, A. M. A relevância das pequenas cidades/localidades para o desenvolvimento regional (e vice-versa). In: MANFIO, V; BENADUCE, G. M. C. (Orgs.). **A geografia das pequenas cidades: estudos teóricos e práticos**. Rio de Janeiro: Libroe, 2021.

_____. Na trilha conceitual e definições de pequenas cidades. In: BOVO, M. C; COSTA, F. R. (Orgs.). **Estudos urbanos: conceitos, definições e debates**. Unespar/Campo Mourão: Fecilcam, 2017.

ESTADES, N. P. O Litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba, n.8, p. 25-41, 2003.

FEGER, J. E; VEIS, E. L. A regionalização do turismo no contexto da política pública de desenvolvimento turístico brasileiro: o caso de duas regiões localizadas no Estado do Paraná. **Cultur**. ano 12, n. 01, p. 95-117, 2018.

GOES, C; MASCARENHAS, R. G. T; MEDEIROS, M, L. Sabores do Paraná: Análise da promoção turística. Esferas. **Revista Interprogramas de Pós-Graduação em Comunicação do Centro Oeste**, Brasília, v. 2, n. 15, p 1-13, 2019.

GOVEIA, E. F; GUIZI, A. A; DENKWICZ, P. As vinícolas do Pinho de Baixo (Irati, Paraná) e a potencialidade para o turismo de experiências. **RITUR. Revista Iberoamericana de Turismo**. Penedo, v. 11, n. 1, p. 124-141, 2021.

KLEIN, L. C; FONTANA, R. F. Tipologias de turismo rural no Circuito Sabiá, Matelândia, Paraná. **Turismo e Sociedade**. Curitiba, v. 14, n.1, p. 115-130, 2021.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro. 2016.

MAGALHÃES, C. F. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios**. São Paulo: Roca, 2002.

NEVES, C. S. B; FILIPPIM, M. L. A perspectiva dos vereadores sobre o turismo em Matinhos, litoral do Paraná. **Turismo & Cidades**. São Luís, v. 2, n. 4, p. 11-34, 2020.

OLIVEIRA, A. N. Cultura cafeeira no norte do paraná e suas marcas nas paisagens: potencialidades para o turismo. **Geografia**. Londrina, v. 29, n. 2, p. 29-49, 2020.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6ª e. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHEUER, L; ANACLETO, A; XAVIER, J. R. Os impactos da covid-19 nas pequenas pousadas do litoral do Paraná: reflexões, desafios e oportunidades pós-pandemia. **Revista Princípios**, n. 161, p. 298-315, 2021.

SILVEIRA-JUNIOR, W. J; BOTELHO, E. S. Turismo em áreas protegidas e inclusão social de populações tradicionais: um estudo de caso da Cooperativa de Ecoturismo de Guaraqueçaba (PR). **Revista Brasileira de Ecoturismo**. São Paulo – SP, v.4, n.3, p.441-462, 2011.

TETAMANTI, J. M. D. *Pequeñas localidades. ¿Camino hacia la entropia?* In: ENDLICH, A. M; ROCHA, M. M. (Orgs.). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009.

VARENHOLD, M; GOES, C. A; MEDEIROS, M. L. Consumo e atitude dos turistas com relação aos produtos gastronômicos do Litoral Paranaense. **Ágora. Revista de filosofia e geografia**. Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 1, p. 42-54, 2019.

ZAI, C; SAHR, C. L. L. Roteirização turística como instrumento de desenvolvimento territorial: O roteiro “Verde Que te Quero Verde” de Campo Magro/Paraná (Brasil). **Finisterra**, v. 110, p. 135-154, 2019.

ZAI, C; SAHR, C. L. L. Autogovernança ou dependência do poder público? O ‘Caminho do vinho’ no município de São José dos Pinhais (Paraná, Brasil). In: MARTINS, F. P; CURY, R. B. (Orgs.). **Geografia e meio ambiente**. Ponta Grossa-PR: Atena, 2021.

Recebido em 25 de agosto de 2022.

Aceito em 27 de setembro de 2022.

Publicado em 17 de novembro de 2022.